



LÍNGUA PORTUGUESA

A idosa que passa o tempo ensinando como entrar para a história fazendo o que ninguém consegue

Mauro Condé

“Desistir não é estratégia”.

Acabo de voltar de uma viagem rumo ao conhecimento, usando como meio de transporte excelentes filmes disponíveis na Netflix.

Eles me levaram para Havana, capital de Cuba, onde fui recebido por Diana Nyad, a quem fui logo pedindo:

Ensina-me algo que eu ainda não saiba e tenha o poder de mudar a minha vida para melhor.

— Acredite ... você nunca será velho demais para desistir dos seus sonhos ... qualquer que seja a sua outra margem... o que quer que você queira fazer... o que quer que te inspire... você sempre encontrará uma maneira de chegar lá.

Onze anos atrás, quando Nyad tinha 64 anos, ela acordou durante um pesadelo, lembrando que a vida é caótica, que a gente não controla o tempo e que vivemos para morrer um dia.

Alguma vez na sua vida você também já pensou assim?

Ela não esperou o dia clarear, acordou aos gritos a sua melhor amiga e treinadora de longa data, dizendo-se decidida a retornar ao desafio de nadar os mais de 160 km de Cuba até a Flórida, por quase 60 horas ininterruptas (quase uma hora para cada ano de vida)... feito que ela já tinha tentado um punhado de vezes sem sucesso, a primeira quando tinha 28 anos.

Foi taxada de louca varrida.

Você conhece alguém irritantemente determinado e teimoso desse jeito?

E acredita que ela mandou pintar a frase... “O diamante é um carvão que só se transformou porque foi submetido a alta e constante pressão”... na parede do seu quarto?!

Rapidamente Nyad persuadiu a treinadora a embarcar no seu sonho, depois de tantos anos, e organizou um pequeno time de apoio com coadjuvantes melhores do que ela, gente boa... a treinadora, velejadores, médicos e meteorologistas... todos incrédulos diante de tanta chama acesa numa pessoa só.

Ocê acredita que pouco tempo depois ela pulou na água do mar de Cuba e enfrentou as maiores adversidades pelo caminho?... tubarões, águas vivas, desvios de rota por causa

da traiçoeira corrente do Golfo, a alta temperatura das águas daquela região.

E que, desta vez, ela finalmente chegou do outro lado do seu sonho, através de uma heróica trajetória, braçada a braçada, até Miami?

Desde que assisti ao filme Nyad, eu não tiro da cabeça aquela música dos Beatles “When I’m sixty-four (Quando eu tiver 64 anos)”... Estranhei sua ausência na ótima trilha sonora.

Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/opiniao/opiniao/a-idosa-que-passa-o-tempo-ensinando-como-entrar-para-a-historia-fazendo-o-que-ninguem-consegue-1.1007486>

01) Após leitura e análise de *A idosa que passa o tempo ensinando como entrar para a história fazendo o que ninguém consegue*, assinale, entre as inferências expostas a seguir, aquela que NÃO pode ser comprovada pelo texto.

- (A) O cronista esteve de corpo presente com Diana Nyad, de 64 anos, em viagem realizada a Havana, capital de Cuba.
- (B) Diana Nyad conseguiu, aos 64 anos de idade, concretizar seu desejo de nadar mais de 160 km entre Cuba e a Flórida, apesar de todas as condições desfavoráveis, após haver tentado, inúmeras vezes e sem êxito, realizar o feito.
- (C) A equipe de colaboração formada por Nyad demonstrava ceticismo com relação ao otimismo da mulher.
- (D) O sucesso de Diana Nyad foi alcançado anos antes de o texto haver sido escrito.

02) A seguir são tecidas algumas considerações sobre aspectos presentes no texto. Assinale aquela que NÃO pode ser classificada como correta.

- (A) Com a declaração “Estranhei sua ausência na ótima trilha sonora.”, o cronista quis dizer que, embora a trilha sonora do filme a que se refere seja excelente, a música dos Beatles se encaixaria perfeitamente nessa trilha.
- (B) Há, no texto, uma diversidade de vozes que intervêm nele.
- (C) O fato relatado nas primeiras cinco linhas do oitavo parágrafo mostra uma atitude de convicção e firmeza por parte de Nyad.
- (D) Não é aceitável neste texto o emprego da forma “Ocê”, pelo fato de essa forma configurar uma marca da oralidade e o texto exigir apenas o uso de linguagem formal.

03) Uma porcentagem das palavras da língua portuguesa recebe acento gráfico. A acentuação de tais palavras é feita seguindo regras definidas, a fim de que haja uma unidade no que diz respeito ao tema. Quanto à acentuação gráfica e o acordo ortográfico vigente, examine as afirmações abaixo, indicando a INCORRETA.

(A) A palavra “alguém” (parágrafo 10) se acentua graficamente por ser um vocábulo cuja sílaba tônica é a última terminado em *-m*.

(B) Caso a palavra “heróica” (penúltimo parágrafo) houvesse sido grafada conforme o acordo ortográfico vigente, teria sido escrita sem o acento gráfico, visto que se trata de uma paroxítona com ditongo aberto.

(C) “disponíveis” (2º parágrafo) recebe acento gráfico por ser uma palavra paroxítona terminada em ditongo oral.

(D) Acentua-se “caótica” (6º parágrafo) em razão de ser uma palavra proparoxítona e levando-se em consideração que todas as proparoxítonas são acentuadas.

04) “Desde que assisti ao filme Nyad” (último parágrafo) Relativamente à regência do verbo “assistir” no contexto acima, pode-se afirmar que o verbo rege a preposição “a” quando ele possui o sentido de “estar presente”, “presenciar”. Quanto à regência dos verbos sublinhados, assinale a opção que apresenta desvio das normas.

(A) Não visava a lucros e, sim, ajudar o próximo.

(B) Simpatizo com os humildes, com os sinceros.

(C) Perdoe-lhe esse riso.

(D) Todos o obedeciam porque tinham medo.

05) Analise as asserções a seguir e a relação entre elas:

I. Ao final do texto, o autor menciona uma canção da banda *The Beatles* chamada *When I'm Sixty-Four* (Quando eu tiver 64 anos). Ao fazer isso, relaciona explicitamente os textos

PORQUE

II. pratica intertextualidade por meio de citação de uma obra cultural cuja ideia se aproxima da mensagem transmitida no texto de Mauro Condé.

Assinale a opção CORRETA.

(A) As duas asserções são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

(B) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(C) A primeira asserção é verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.

06) “Nyad persuadiu a treinadora” (parágrafo 12)

Apenas um dos verbos abaixo se opõe diretamente ao verbo *persuadir* e, caso substituísse este verbo, alteraria para um sentido exatamente contrário a ideia que se quis passar. Assinale-o.

(A) esbater

(B) impelir

(C) demover

(D) confluir

07) Acerca dos sinais pausais e melódicos que marcam a pontuação nos fragmentos retirados do texto, NÃO está em conformidade com as normas uma das considerações apresentadas. Indique-a.

I. — *Acredite ... você nunca será velho demais* (5º parágrafo)

II. *“O diamante é um carvão [...] e constante pressão”* (parágrafo 11)

III. *, capital de Cuba,* (3º parágrafo)

IV. *na parede do seu quarto?!* (parágrafo 11)

(A) O travessão, no item I, indica a mudança de interlocutor.

(B) No item II, as aspas foram empregadas no início e no fim de uma citação para distingui-la do resto do contexto.

(C) As vírgulas, no item III, servem para isolar o adjunto adverbial antecipado.

(D) O emprego do ponto de interrogação seguido do ponto de exclamação, no item IV, acentua a atitude de expectativa do cronista.

08) Com relação à função sintática desempenhada pelos termos destacados nos segmentos abaixo, está EM CONFORMIDADE com as regras de sintaxe o que se afirma em qual das opções?

I. “Eles me levaram para Havana” (3º parágrafo)

II. “a quem fui logo pedindo” (3º parágrafo)

III. “acordou aos gritos a sua melhor amiga e treinadora de longa data” (8º parágrafo)

(A) Os termos destacados nos três itens são considerados objeto indireto e desempenham função de complemento de seus respectivos verbos.

(B) “me”, no item I, exerce a função de objeto direto de “levaram”.

(C) O termo destacado em II pode ser sintaticamente classificado como complemento nominal de Diana Nyad.

(D) Em III, o termo grifado é um objeto indireto de “acordou”, a este verbo ligado por meio de preposição.

09) Quanto à classificação morfológica do “que” nos fragmentos retirados do texto, está INCORRETA a especificação posta à frente do segmento na opção:

- (A) “que pouco tempo depois” (parágrafo 13) → conjunção subordinativa integrante
- (B) “que ela já tinha tentado” (8º parágrafo) → pronome relativo
- (C) “do que ela” (parágrafo 12) → conjunção subordinativa comparativa
- (D) “E que, desta vez, ela” (parágrafo 14) → pronome interrogativo

10) Considerando os tempos e modos bem como as especificidades das formas verbais nos seguintes fragmentos retirados do texto, marque a opção que apresenta uma análise INCORRETA acerca delas.

- I. “Ensina-me algo” (4º parágrafo)
- II. “ainda não saiba” (4º parágrafo)
- III. “você queira” (5º parágrafo)
- IV. “Eles me levaram” (3º parágrafo)

- (A) “saiba” (item II) está flexionada na 1ª pessoa do singular do presente do subjuntivo.
- (B) A forma verbal empregada no item I encontra-se na 3ª pessoa do singular do imperativo afirmativo.
- (C) A forma verbal do item III encontra-se flexionada na 3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo.
- (D) No item IV, a forma verbal está na 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo.

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO (ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)

11) As regras referentes ao Estágio Probatório preveem a realização de avaliação especial de desempenho. Analise os itens a seguir, considerando as disposições normativas do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ:

- I - Constitui condição necessária à aquisição de estabilidade, nos termos da Constituição da República de 1988, a avaliação especial de desempenho.
- II - A avaliação especial de desempenho, durante o período de estágio probatório, ocorrerá a cada 06 (seis) meses.
- III - A avaliação especial de desempenho, durante o estágio probatório, poderá ser diferenciada de acordo com as características do cargo e da unidade da respectiva lotação.
- IV - Na avaliação especial de desempenho são considerados determinados critérios de julgamento, entre eles: assiduidade e pontualidade.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) Todas estão corretas.

12) Considerando as normas do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, analise o seguinte artigo e marque a opção que preenche CORRETAMENTE as lacunas abaixo:

“A _____ dar-se-á com a assinatura, pela autoridade competente e pelo _____, do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres e as responsabilidades inerentes ao cargo ocupado, que resultarão aceitos, com compromisso de bem servir.”.

- (A) investidura e investido, respectivamente
- (B) posse e empossado, respectivamente
- (C) nomeação e nomeado, respectivamente
- (D) assunção e exercente, respectivamente

13) Nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, marque a opção INCORRETA sobre a temática “Tempo de Serviço”.

- (A) O início, a interrupção e o reinício do exercício de cargo ou função serão registrados no assentamento individual do servidor.
- (B) O aproveitamento e a readaptação interrompem o exercício, que será contado no novo cargo a partir da validade do ato.
- (C) A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
- (D) Além de outras ausências ao serviço previstas no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de afastamento preventivo por processo disciplinar se o servidor nele for declarado inocente, ou se a punição se limitar à pena de advertência.

14) Sobre a matéria tributária municipal, marque a opção INCORRETA, nos termos da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ.

- (A) As taxas não poderão ter base de cálculo próprio de imposto.
- (B) A Contribuição de Melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada.
- (C) As taxas só poderão ser instituídas por lei Municipal em razão do exercício do Poder de Política ou pela utilização efetiva de serviços específicos e indivisíveis prestados ao contribuinte, ou postos a sua disposição pelo Município.
- (D) É vedado conceder isenção de taxas.

15) Segundo a Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, no que se refere ao Desenvolvimento Urbano do Município, para efeito de aprovação de Projeto de loteamento comercial, é exigível a comprovação das obras de infraestrutura do empreendimento, que compreende, EXCETO:

- (A) Calçamento ou pavimentação de ruas e meio fio.
- (B) Colocação de postes para rede elétrica.
- (C) Implantação de espaços de lazer com reserva de 5% (cinco por cento) destinada à área verde.
- (D) Galerias de águas pluviais.

16) O Capítulo I, do Título III “dos Direitos e Vantagens” dos Servidores de Rio Bonito, trata da “Jornada de Trabalho”. Considerando expressamente a regra estipulada no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ referente à jornada normal de trabalho dos servidores municipais, marque a opção CORRETA.

(A) A jornada normal de trabalho dos servidores municipais, salvo disposição em contrário, será de 20h (vinte horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível superior, de 30h (trinta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível médio e de 40h (quarenta horas) semanais para os demais cargos.

(B) A jornada normal de trabalho dos servidores municipais, salvo disposição em contrário, será de 30h (trinta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível superior, de 40h (quarenta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível médio e de 44h (quarenta e quatro horas) semanais para os demais cargos.

(C) A jornada normal de trabalho dos servidores municipais, salvo disposição em contrário, será de 30h (trinta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível superior, de 40h (quarenta horas) semanais para os demais cargos.

(D) A jornada normal de trabalho dos servidores municipais, salvo disposição em contrário, será de 20h (vinte horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível superior, de 40h (quarenta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível médio e de 44h (quarenta e quatro horas) semanais para os demais cargos.

17) Acerca das Competências Municipais dispostas na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, marque a opção INCORRETA.

(A) Compete ao Município ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e horário bancário para atendimento ao público.

(B) Compete ao Município promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

(C) Compete ao Município prover sobre a limpeza das vias e dos logradouros públicos remoção e destino do lixo domiciliar ou não, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza.

(D) Compete ao Município regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes de anúncios, bem como a utilização de qualquer outro meio de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao Poder de Polícia Municipal.

18) Está previsto na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ que a Câmara Municipal, bem como qualquer de suas Comissões, mediante comunicação prévia ao Executivo, poderá convocar Secretário Municipal para prestar informações sobre assunto previamente determinado. Neste sentido, a ausência sem justificativa adequada, com base nessa Lei, importa em:

(A) Infração Política

(B) Infração Administrativa

(C) Improbidade Administrativa

(D) Crime de Responsabilidade

19) Marque a opção que define CORRETAMENTE o conceito de *jeton* de acordo com o estipulado pelo Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ.

(A) É uma verba indenizatória por instrução em Programas de Treinamento e Capacitação. Ao servidor que desempenhar atividades de instrução em cursos de capacitação pessoal a servidores será concedida verba indenizatória por instrução em programas de treinamento e capacitação, também denominada *jeton*, correspondendo a 3% (três por cento) do vencimento base por hora mediante ato do chefe de poder ou dos dirigentes das autarquias e fundações públicas, limitadas ao período de 40 (quarenta) horas/aula no ano.

(B) É uma gratificação por participação em Órgão de deliberação coletiva. Aos servidores designados para participar de comissões permanentes instituídas por lei específica poderá ser concedida uma gratificação, também denominada *jeton*, na forma e valor previsto em lei específica.

(C) É uma gratificação de difícil acesso. Será concedida a gratificação de difícil acesso aos servidores efetivos que exerçam suas atividades em localidades em que não haja transporte público regular no trajeto compreendido entre a sede da secretaria municipal a que o servidor pertença e sua localidade de trabalho e estejam a mais de 7 (sete) km da sede do Município e os horários do transporte público regular não guardem correlação com o horário de trabalho do servidor.

(D) É uma gratificação de produtividade. Aos servidores, em pleno exercício, investidos em cargos para os quais sejam estabelecidas metas especiais de desempenho, poderá ser concedida gratificação de produtividade, também denominada *jeton*, instituída em lei específica.

20) Sobre o disciplinado pela Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ referente aos servidores públicos municipais, marque a opção CORRETA.

(A) É defeso ao servidor público o direito à livre associação sindical observado, no que couber, o disposto no artigo 8º da Constituição Federal.

(B) O desconto em folha de pagamento, pelos órgãos competentes da Administração Pública é obrigatório em favor de entidade de classe sem fins lucrativos, devidamente constituída e registrada, desde que regular e autorizado pelo associado, tácita ou expressamente.

(C) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar municipal.

(D) A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder ou entre os de servidores dos poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Dentro das previsões normativas referentes ao Desenvolvimento Urbano do Município, marque a opção CORRETA, nos termos da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito.

(A) Os Processos requerentes de aprovação de Loteamentos comerciais urbanos ou rurais no Município, serão recebidos pela prefeitura Municipal de Rio Bonito e, logo depois de instruídos, encaminhados ao Poder Legislativo, que lhe emitirá Parecer, após exame e análise. É proibida a comercialização de quaisquer lotes cujos loteamentos não tenham aprovação do Poder Executivo Municipal. Compete ao Órgão de fiscalização de postura de Poder Executivo fiscalizar o total e fiel cumprimento da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito, o qual procederá *ex-officio*, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, propondo anulação da venda irregular.

(B) Os Processos requerentes de aprovação de Loteamentos comerciais urbanos ou rurais no Município serão recebidos pela prefeitura Municipal de Rio Bonito e, logo depois de instruídos, encaminhados ao Poder Legislativo, que lhe emitirá Parecer, após exame e análise. É proibida a comercialização de quaisquer lotes cujos loteamentos não tenham aprovação dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal. Compete ao Órgão de fiscalização de postura de Poder Executivo fiscalizar o total e fiel cumprimento da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito, o qual procederá *ex-officio*, junto à Justiça Pública, propondo a anulação da venda irregular.

(C) Os Processos requerentes de aprovação de Loteamentos comerciais urbanos ou rurais no Município serão recebidos pela prefeitura Municipal de Rio Bonito e, logo depois de instruídos, encaminhados ao Poder Judiciário, que lhe emitirá Parecer, após exame e análise. É proibida a comercialização de quaisquer lotes cujos loteamentos não tenham aprovação dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal. Compete ao Órgão de fiscalização de postura de Poder Executivo fiscalizar o total e fiel cumprimento da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito, o qual procederá, após ser provocado, junto à Justiça Pública, propondo a anulação da venda irregular.

(D) Os Processos requerentes de aprovação de Loteamentos comerciais urbanos ou rurais no Município serão recebidos pela prefeitura Municipal de Rio Bonito e, logo depois de instruídos, encaminhados ao Poder Judiciário, que lhe emitirá Parecer, após exame e análise. É proibida a comercialização de quaisquer lotes cujos loteamentos não tenham aprovação dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal. Compete ao Órgão de fiscalização de postura de Poder Executivo fiscalizar o total e fiel cumprimento da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito, o qual procederá, após ser provocado, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, propondo a anulação da venda irregular.

22) Nos termos do Código de obras do Município de Rio Bonito, qualquer alteração quanto à utilização de uma edificação que não implique alteração física do imóvel, desde que verificada a sua conformidade com legislação referente ao Uso e Ocupação do Solo, será objeto de:

- (A) novo pedido de Habite-se
- (B) pedido de Licença
- (C) pedido de Autorização
- (D) pedido de Certificado de Mudança de Uso

23) De acordo com a Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito, referente à Competência Municipal, marque a opção CORRETA sobre as atividades que necessitam de fiscalização.

(A) Compete ao Município fixar e cobrar tarifas ou preços públicos, observadas a ação fiscalizadora federal e estadual.

(B) Compete ao Município fiscalizar os serviços de transporte e de táxis, fixando as respectivas tarifas, após concessão, permissão ou autorização federal e estadual.

(C) Compete ao Município regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes de anúncios, bem como a utilização de qualquer outro meio de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao Poder de Polícia Municipal.

(D) Compete ao Município fiscalizar o peso, medidas e as condições sanitárias dos gêneros alimentícios antes da exposição nos locais de vendas.

24) A obras de construção ou reforma com modificação de área construída, de iniciativa pública ou privada, somente poderão ser executadas após concessão de licença pelo órgão competente do Município, de acordo com as exigências contidas no Código de obras do Município de Rio Bonito e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

Quais edificações estarão isentas da responsabilidade técnica, nos termos do referido Código?

(A) As edificações de interesse social, com até 60,00 m², construídas sob o regime de mutirão ou autoconstrução e não pertencentes a nenhum programa habitacional.

(B) As edificações de utilidade pública, com até 60,00 m², construídas sob o regime de mutirão, pertencentes a programa habitacional.

(C) As edificações de interesse social ou utilidade pública, com até 45,00 m², construídas sob o regime de mutirão ou autoconstrução e não pertencentes a nenhum programa habitacional.

(D) As edificações de utilidade pública, com até 45,00 m², construídas sob o regime de autoconstrução e pertencentes a programa habitacional.

25) Sob a normatização do Código de obras do Município de Rio Bonito, estão isentas de licença para construção as seguintes obras, EXCETO:

(A) Avanço de tapumes sobre parte do passeio público.

(B) Limpeza ou pintura interna e externa de edifícios, que não exija a instalação de tapumes, andaimes ou telas de proteção.

(C) Construção de muros divisórios que não necessitem de elementos estruturais de apoio a sua estabilidade.

(D) Reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, não contrariando os índices estabelecidos pela legislação referente ao uso e ocupação do solo, e que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

26) Considerando a figura do “proprietário” marque a opção CORRETA, de acordo com as normas do Código de obras do Município de Rio Bonito.

(A) Em qualquer requerimento apresentado ao Município ou cumprimento de diligência, o proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados. A aceitação dos documentos, por parte do Município, implicará o reconhecimento do direito de propriedade.

(B) O proprietário do imóvel é o único responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições do Código de obras do Município de Rio Bonito e das leis pertinentes.

(C) O responsável técnico, ao afastar-se da obra, deverá apresentar comunicação escrita ao órgão competente do Município. Ao passo que o proprietário deverá apresentar, no prazo de 7 (sete) dias, novo responsável técnico, o qual deverá enviar ao órgão competente do Município comunicação a respeito, sob pena de não prosseguir a execução da obra.

(D) Quando se tratar de demolição de edificação com mais de 5,00m de altura, deverá o proprietário apresentar profissional legalmente habilitado, responsável pela execução dos serviços, o qual assinará o requerimento.

27) Está previsto no Código de obras do Município de Rio Bonito que o projeto de arquitetura deverá obrigatoriamente ser encaminhado pelo requerente a determinado órgão, de acordo com a legislação estadual.

Marque a opção que expressa CORRETAMENTE o órgão mencionado acima, com fulcro nas disposições do Código de obras do Município de Rio Bonito.

- (A) INEA
- (B) Corpo de Bombeiros
- (C) Polícia Militar
- (D) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

28) São atividades que caracterizam o início de uma construção, nos termos do Código de obras do Município de Rio Bonito, EXCETO:

- (A) concessão da licença
- (B) abertura de cavas para fundações
- (C) início de execução de fundações superficiais
- (D) preparo do terreno

29) Segundo o Código de Posturas do Município de Rio Bonito, a fim de preservar a higiene dos passeios e logradouros, é proibido, EXCETO:

- (A) Bater e sacudir tapetes, ou quaisquer outras peças nas janelas e portas que dão para via pública ou praças.
- (B) Despejar sobre os logradouros públicos as águas de lavagem ou quaisquer outras águas servidas das residências ou dos estabelecimentos em geral.
- (C) Lavar o pavimento térreo de edifícios, com as águas escoadas para o logradouro.
- (D) Deixar animais soltos em logradouros públicos.

30) Sobre a Limpeza dos Terrenos, nos termos do Código de Posturas do Município de Rio Bonito, marque a opção CORRETA.

(A) Os terrenos situados nesse Município deverão ser, obrigatoriamente, mantidos limpos, capinados e isentos de qualquer material nocivo à vizinhança e à coletividade. A Limpeza do Terreno deverá ser realizada pelo menos 01 (uma) vez por mês.

(B) Quando o proprietário do terreno não cumprir as prescrições do Código de Posturas do Município de Rio Bonito referentes à Limpeza do Terreno, a fiscalização municipal deverá intimá-lo a tomar as providências, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

(C) Quando o proprietário do terreno não cumprir as prescrições do Código de Posturas do Município de Rio Bonito referentes à Limpeza do Terreno, a fiscalização municipal deverá intimá-lo a tomar as providências, dentro do prazo de 10 (dez) dias. No caso de não serem tomadas as providências, nesse prazo, a Limpeza do Terreno será feita pela Prefeitura, correndo as despesas por conta do proprietário, acrescido de 10% (dez por cento) a título de administração, independentemente das sanções previstas no Código de Posturas do Município de Rio Bonito.

(D) Todo terreno deverá ser convenientemente preparado para dar fácil escoamento às águas pluviais e para ser protegido contra as águas de infiltração. Devendo ser atendido, obrigatoriamente, por um dos seguintes meios: encaminhamento adequado das águas para vala ou curso de água que passem nas imediações; ou, canalização adequada das águas para sarjetas ou valetas do logradouro.

31) Considere as disposições contidas no Código de Posturas do Município de Rio Bonito, referentes à Higiene dos Alimentos em Geral, e marque a opção CORRETA.

(A) Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização deles. A fiscalização municipal será feita em articulação com o órgão federal de vigilância sanitária.

(B) A reincidência na prática das infrações previstas no Código de Posturas do Município de Rio Bonito referentes à Higiene dos Alimentos em Geral determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

(C) Quando da inutilização de gêneros alimentícios deteriorados, decorrentes da fiscalização municipal, esta ação eximirá o agente comercial do pagamento das multas e demais penalidades que eventualmente sofreria em virtude da infração, porém não eximirá a fábrica e o estabelecimento dessas multas e demais penalidades em razão da exposição inadequada dos alimentos.

(D) Para efeitos do Código de Posturas do Município de Rio Bonito, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas destinadas a ser ingeridas pelo homem, sem exceções.

32) Nas feiras livres é permitido vender alimentos e produtos de procedência comprovada, de indústria registrada, assim especificada. Porém, é expressamente PROIBIDO vender, nos termos do Código de Posturas do Município de Rio Bonito:

- (A) Ovos devidamente inspecionados, oriundos de estabelecimentos registrados, no estado “in natura”.
- (B) Aves abatidas e pescados, quando acondicionados em veículos frigoríficos com instalações especiais que garantam conservação adequada, mesmo que no estado “in natura”.
- (C) Cereais “in natura”, de acondicionamento adequado, com rotulagem indicativa de sua procedência, não sendo permitido fracioná-los.
- (D) Frutas descascadas, raladas, bem como hortaliças cortadas.

33) Considerando as disposições normativas do Código de Posturas do Município de Rio Bonito, especialmente as normas de Higiene nos Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços em Geral, analise as afirmativas abaixo e assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso.

() A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a higiene dos alimentos expostos à venda e dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços localizados no Município.

() Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes: frutas e verduras expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes rigorosamente limpas e afastadas das ombreiras das portas externas. É proibido utilizar para outro qualquer fim os depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

() Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte: a lavagem da louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames.

() Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte: a higienização da louça e os talheres deverá ser feita com água fervente.

() Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte: a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, com portas ventiladas, não podendo ficar expostos à poeira e a insetos.

- (A) V – F – V – F – F
- (B) V – F – F – F – V
- (C) F – F – F – V – V
- (D) V – V – V – V – V

34) Acerca do Comércio Ambulante de Alimentos, segundo o Código de Posturas do Município de Rio Bonito, é expressamente proibido a esse ambulante, EXCETO:

- (A) Venda de bebidas alcoólicas.
- (B) Preparo ou manipulação de qualquer bebida, alimento ou guloseima na via pública.
- (C) Utilização de veículos, cestas, caixas ou tabuleiros destinados ao transporte e à venda de alimentos, para depósito de quaisquer mercadorias ou objetos estranhos à atividade comercial.
- (D) Uso de fogareiro na via pública.

35) “Da Proteção Ambiental”, tipificada e normatizada no Código de Posturas do Município de Rio Bonito, considere as regras e princípios dispostos no referido Código e marque a opção CORRETA.

(A) Inclui-se no conceito de meio ambiente a água superficial ou de subsolo, o solo de propriedade pública, privada ou de uso comum, a atmosfera, a vegetação.

(B) O Município deverá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de projetos ou atividades que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos problemas estabelecidos para a sua proteção.

(C) As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle de poluição ambiental, terão livre acesso, durante o período diurno, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras instalações, particulares ou públicas, capazes de causar danos ao meio ambiente.

(D) Na constatação de fatos que caracterizem falta de proteção ao meio ambiente serão aplicadas, além das multas previstas, taxas, cassação da licença, interdição das atividades e sanção por improbidade.

36) A Lei Municipal nº 830/1999 dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos do Município de Rio Bonito. Com base nesse dispositivo, é INCORRETO afirmar:

(A) Para efeitos da Lei em Epígrafe, adota-se a seguinte definição sobre o termo “Alinhamento”: linha projetada e locada ou indicada pela Prefeitura Municipal para marcar o limite entre o lote de terreno ou a construção e o logradouro público.

(B) Para efeitos da Lei em Epígrafe, adota-se a seguinte definição sobre o termo “Acesso”: é a via de comunicação através da qual um núcleo urbano se liga a outro.

(C) Para efeitos da Lei em Epígrafe, adota-se a seguinte definição sobre o termo “Área não edificável”: (área “*non aedificandi*”) espaço descoberto, sem edificações ou construções, dentro dos limites de um lote.

(D) Para efeitos da Lei em Epígrafe, adota-se a seguinte definição sobre o termo “Caixa de rua”: parte do logradouro destinada ao rolamento de veículos.

37) Nos termos da Lei Municipal nº 830/1999, a qual dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos do Município de Rio Bonito, a divisão de uma área do terreno em porções autônomas sob a forma de desmembramento, loteamento, reloteamento, remembramento ou condomínio horizontal é denominado de:

- (A) Desmembramento
- (B) Loteamento
- (C) Divisão de Glebas
- (D) Parcelamento da terra

38) Sobre prazos e sanções para parcelamentos efetuados sem aprovação da Prefeitura Municipal, marque a opção CORRETA, nos termos da Lei Municipal nº 830/1999.

- (A) Os parcelamentos efetuados sem aprovação da Prefeitura Municipal terão prazo de 30 (trinta) dias para adaptar o projeto às exigências da Lei em epígrafe, sob pena de interdição e demolição judicial das obras executadas.
- (B) Os parcelamentos efetuados sem aprovação da Prefeitura Municipal terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adaptar o projeto às exigências da Lei em epígrafe, sob pena de interdição do empreendimento.
- (C) Os parcelamentos efetuados sem aprovação da Prefeitura Municipal serão interditados e demolidos após decisão judicial. Por esta razão, o processo administrativo de parcelamento referente ao solo objeto da ação só poderá ser requerido pelo loteador após o arquivamento do feito judicial.
- (D) Os parcelamentos efetuados sem aprovação da Prefeitura Municipal terão prazo de 90 (noventa) dias para adaptar o projeto às exigências da Lei em epígrafe, sob pena de interdição e demolição judicial das obras executadas.

39) A “Taxa de ocupação” positivada e disciplinada na Lei nº 832/1999, a qual dispõe sobre o Uso do Solo Urbano no Município de Rio Bonito, é CORRETAMENTE conceituada na opção:

- (A) Proporção da área urbana edificada em relação às áreas homogêneas em uso e ocupação, com continuidade geográfica.
- (B) Relação entre a projeção horizontal da área edificada e a área do lote.
- (C) Tributo a ser pago por todo proprietário de construção destinada à moradia.
- (D) Tributo a ser pago por todo proprietário de construção destinada a abrigar qualquer atividade humana.

40) Marque a opção CORRETA nos termos da Lei nº 832/1999.

- (A) É vedada a instalação de qualquer atividade que pretenda se instalar no Município e possa ser causadora de poluição.
- (B) A Zona de Proteção Ambiental (ZOPA) pertence à Área rural.
- (C) As categorias de uso do Solo são: Residencial; Comercial; Serviços; Industrial; Institucional.
- (D) O uso residencial compreende: Residencial unifamiliar vertical e horizontal; e Residencial multifamiliar horizontal e vertical.

41) Em determinada entrevista a uma conceituada empresa jornalística, Tício, na condição de entrevistado, ao tratar do tema ordem pública, fiscalização municipal e poder de polícia, atribuiu, falsamente, a Mévio, cidadão de notória popularidade local, a responsabilidade pela prática de crimes contra a ordem pública, tributária e urbana, do Município onde residem.

Existe Responsabilidade Civil dessa Empresa Jornalística?

- (A) Não, pois é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) Apenas se não possibilitar e/ou interferir no direito de resposta, proporcional ao agravo.
- (C) Somente se à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação do crime e o veículo de informação deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos e na divulgação da existência de tais indícios.
- (D) Sim, pois ao adentrar na temática envolvendo a Administração Pública e suas prerrogativas, submeteu-se à Responsabilidade Objetiva que rege as relações da Administração, razão pela qual torna-se responsável por quaisquer atos praticados pelos seus funcionários e/ou divulgados por suas mídias.

42) Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), marque a opção CORRETA sobre a definição expressa de agente público para os efeitos da referida Lei.

- (A) Considera-se agente público o agente político e o servidor público; e, ainda, aquele que exerce, transitoriamente, com remuneração, por eleição ou nomeação, qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (B) Considera-se agente público o agente político e o servidor público; e, ainda, aquele que exerce, permanentemente, com remuneração, por eleição ou nomeação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo e Legislativo, bem como administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (C) Considera-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (D) Considera-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, permanentemente, com remuneração, por meio de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo e Legislativo, bem como administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

43) Objetivamente sobre as Cláusulas Pétreas dispostas na Constituição da República Federativa do Brasil, é possível emendá-las?

- (A) sim
- (B) não
- (C) apenas o direito ao voto
- (D) apenas revogando formalmente o já revogado materialmente

44) Com fulcro na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as assertivas a seguir e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso.

() O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos da Lei nº 8.429/1992.

() Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas na Lei nº 8.429/1992, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

() O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

() Não estão sujeitos às sanções da Lei nº 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, ainda que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.

() Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

- (A) F – V – F – V – F
- (B) V – F – V – F – F
- (C) F – V – F – V – V
- (D) V – F – V – F – V

45) Considerando a necessidade de definição do termo “Agente Público” para a aplicação de distintos diplomas legais, marque a opção CORRETA para os fins da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações.

(A) Para os fins da Lei nº 14.133/2021, considera-se agente público: apenas o indivíduo que, em virtude de eleição, exerce mandato, em pessoa jurídica da Administração Pública.

(B) Para os fins da Lei nº 14.133/2021, considera-se agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.

(C) Para os fins da Lei nº 14.133/2021, considera-se superior imediato: agente público dotado de poder de decisão.

(D) Para os fins da Lei nº 14.133/2021, considera-se agente político: agente público dotado de poder de decisão.

46) Nos termos da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações, marque a opção que NÃO representa um princípio expresso na referida Lei.

- (A) probidade administrativa
- (B) integração de funções
- (C) desenvolvimento nacional sustentável
- (D) celeridade

47) Marque a opção CORRETA sobre o tema “Desapropriação de Bem Público” nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

(A) Bens Públicos não podem ser objeto de Desapropriação.
(B) Mediante declaração de interesse social ou utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, exigindo-se autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, e dos Municípios pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados.

(C) Mediante declaração de interesse social, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, exigindo-se autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União, dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados e dos bens de domínio dos Municípios por outros Municípios.

(D) Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, exigindo-se autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados. Será dispensada a referida autorização legislativa, quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.

48) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu princípios e regras acerca da Intervenção do Estado no Domínio Econômico.

Considere as normas constitucionais e marque a opção INCORRETA.

(A) Ressalvados os casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

(B) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(C) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, dependentemente de autorização dos órgãos públicos, exceto os casos previstos em lei.

(D) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

49) Marque a opção CORRETA, considerando os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos disciplinados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, haja vista que a vida em sociedade se desenvolve a partir desse prisma, seguindo esses preceitos.

(A) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

(B) A locomoção no território nacional é sempre livre, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

(C) É plena a liberdade de associação, independente do caráter da associação, bastando a finalidade lícita.

(D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo quando a lei exigir.

50) O Município Beta firmou contrato para a prestação do Serviço Público de água e esgoto com a Empresa "X". Essa Empresa causou danos ambientais decorrentes da poluição de rios no referido Município.

Neste caso, o Município Beta possui responsabilidade?

(A) O município é responsável, subsidiariamente, com o concessionário de serviço público municipal, com quem firmou contrato para realização do serviço de coleta de esgoto urbano, pela poluição causada.

(B) O município é responsável, solidariamente, com o concessionário de serviço público municipal, com quem firmou contrato para realização do serviço de coleta de esgoto urbano, pela poluição causada.

(C) O município não é responsável pela poluição causada, desde que ocorra a concessão integral dos serviços, visto que, com a concessão integral, transfere-se a responsabilidade, integralmente, à concessionária, sendo suficiente para afastar a responsabilidade solidária do Município, restando tão somente a responsabilidade subsidiária.

(D) O município não é responsável pela poluição causada, exceto se restar comprovada falha no dever de cuidado e aplicação da Lei na fase licitatória.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA DE REDAÇÃO

- A Prova de redação constará de Texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrito formal da língua portuguesa sobre tema da atualidade, contendo no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas efetivamente escritas.
- A Folha de Textos Definitivos não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova de Redação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- A Folha de Textos Definitivos da Prova de Redação será o único documento válido para a avaliação desta. O espaço reservado no caderno de provas para rascunho é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- A Folha de Textos Definitivos não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
- A Folha de Textos Definitivos conterá um cartão numerado e destacável, onde deverá ser feita a assinatura do candidato, de modo a não o identificar. Este cartão numerado será destacado pelo aplicador da prova e depositado em envelope próprio, fornecido pelo Instituto Referência.

O PAPEL DO FISCAL NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO



<https://marcoscontabilidade.com.br/servico/22/fiscalizacoes-ministerio-do-trabalho>

“O agente fiscal é o funcionário efetivo do Município com atribuição para exercer a função de agente de fiscalização, verificando se as obras e serviços estão sendo executados de acordo com a legislação e com as normas regulamentadoras vigentes, além de assegurar a observância dos padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações. No desempenho de suas atribuições, o agente fiscal deve atuar com rigor e eficiência para que a legislação municipal seja cumprida.”

https://amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/planejamento-territorial/modelos/Manual_de_Fiscalizacao_de_Obras.pdf

Com base no texto acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo. Dê um título a seu texto.

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

RASCUNHO



CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

1 - Você recebeu do fiscal o material descrito abaixo:

a) Cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova;

- Ao receber o Cartão de Respostas, é obrigação do candidato **conferi-lo e assiná-lo**.
- O Cartão de Respostas não poderá ser rasurado, amassado, manchado ou ser feito uso de lápis, borracha ou corretivo e, em nenhuma hipótese, será substituído e terá que ser obrigatoriamente assinado, pelo candidato no local determinado, sob pena de não ser válido para leitura e atribuição de nota.

b) Caderno de prova contendo **50 questões**, cada um apresentando 4 (quatro) opções A, B, C e D sem repetição ou falha que impeça a resolução da questão, tendo no título o nome do cargo ao qual você concorre.

- Confira no material recebido: a sequência da numeração das questões, a paginação (inclusive página em branco) e se o cargo escolhido está correto. Se houver alguma irregularidade, comunique ao fiscal imediatamente. Caso o fiscal não seja avisado, a responsabilidade é do candidato.

2 - A duração das provas será de 4 (quatro) horas.

3 - A maneira correta de marcar o Cartão de Respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta (tinta fixa), fabricada de material transparente, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.

4 - Formas diferentes de marcação farão com que o Cartão de Respostas seja rejeitado pelo processo de correção eletrônica.

5 - Não serão registradas as questões em que houver: falta de nitidez na marcação e marcação de mais de uma opção.

ATENÇÃO: Cartão de Respostas sem assinatura não tem validade.

6 - O candidato só poderá sair levando o Caderno de prova quando faltar 1 (uma) hora para o término da prova. O candidato que se retirar antes de cumprido esse prazo estará abrindo mão voluntariamente do direito de posse de seu Caderno de prova.

7 - O candidato que se retirar antes do prazo mínimo que lhe permita levar seu Caderno de prova, poderá apenas copiar sua marcação de respostas em seu Cartão de Convocação da Prova (CCP). Não será admitido qualquer outro meio para anotação deste fim.

8 - Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova.

9 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas assinado, em seguida **assine** a lista de presença.**

INFORMAÇÕES

- **Tel.:** (22) 3056-7910 das 09h às 12h / 14h às 17h
- **Internet:** www.institutoreferencia.org.br
- **E-mail:** contato@institutoreferencia.org.br

